



FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO
RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO PARCIAL – 2016 - MEC

RELATÓRIO PARCIAL DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

De acordo com a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014

PERÍODO DE AVALIAÇÃO: 2016

MARÇO - 2017

I – INTRODUÇÃO:

1. Dados da Instituição

❖ **Nome:** Associação de Ensino e Pesquisa Graccho Cardoso S/C LTDA, mantenedora da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe – FANESE.

❖ **Caracterização da Instituição:** Instituição privada com fins lucrativos.

Estado: Sergipe

Município: Aracaju

❖ **Responsável pela instituição:** Prof. Ionaldo Vieira Carvalho – Diretor Geral

❖ **Cursos oferecidos:**

Graduação Bacharelado: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia de Produção e Engenharia Civil.

Graduação Tecnológica: Gestão da Tecnologia da Informação, Gestão de Recursos Humanos, Logística, Marketing, Processos Gerenciais, Redes de Computadores e Sistemas para Internet.

2. Composição da CPA e Secretaria Executiva:

A Resolução N°. 01/CAS, de 14 de abril de 2008 regulamenta o funcionamento das atividades da CPA e da Secretaria Executiva. Conforme consta na Resolução em vigor, a FANESE estruturou sua CPA de modo a operar com uma Secretaria Executiva para apoio ao desenvolvimento das atividades da CPA.

Os componentes da CPA, bem como da Secretaria Executiva, foram designados através de uma Portaria de N°. 25, de 01 de setembro de 2016, que revoga a Portaria de n°. 23, de 29 de outubro de 2015. Eis a composição da CPA e da Secretaria Executiva durante o período vigente do presente relatório:

❖ Composição da CPA

NOME	REPRESENTAÇÃO
Luciana Franco	Representante dos Docentes
José Albérico Gonçalves Ferreira	Coordenador Acadêmico
Carla Beatriz da Silva Rodrigues	Representante dos Estudantes
Alcides Anastácio de Araújo Filho	Representante dos Coordenadores de Cursos
Amanda Gleice de Oliveira Santos	Representante dos Funcionários Técnico-administrativos
Luciana Matos dos Santos Figueiredo Barreto	Representante da Sociedade Civil
Fernanda Gurgel Raposo	Coordenadora da CPA

Mandato dos componentes da CPA: 02 anos

❖ Atribuições da CPA:

- Avaliar o Relatório da Autoavaliação elaborado pela Secretaria Executiva;
- Prestar informações à direção geral da instituição e aos órgãos federais de avaliação do ensino superior;
- Zelar pelo cumprimento do disposto no regulamento interno da FANESE e da legislação federal concernente à avaliação do ensino superior;
- Acompanhar, continuamente, a execução do processo de avaliação do ensino superior;
- Emitir parecer conclusivo sobre o desempenho institucional.

❖ Composição da Secretaria Executiva:

NOME	REPRESENTAÇÃO
Andréa Patrícia Rabelo Souza	Assessora de Comunicação e Marketing
Fernanda Gurgel Raposo	Assessora de Qualidade e Avaliação Institucional
Carlos Frederico de Carvalho	Representante dos Coordenadores de Cursos
Eduardo Ubirajara Rodrigues Batista	Representante dos Docentes
Nataly Santos Monteiro	Representante dos Funcionários Técnico-administrativos

Mandato dos membros da Secretaria Executiva: 04 anos.

❖ Atribuições da Secretaria Executiva:

- Divulgar as atividades do processo de autoavaliação;
- Elaborar os relatórios de autoavaliação;

- Divulgar os resultados do relatório de autoavaliação para CPA;
- Publicar os resultados do processo de cada avaliação realizada, para comunidade acadêmica.

❖ **Planejamento Estratégico de Autoavaliação**

Em relação ao planejamento estratégico de autoavaliação, conforme consta no Plano de Desenvolvimento Institucional, a instituição dispõe de uma Comissão Própria de Avaliação que, através de reuniões ao longo de todos os semestres, planeja os métodos que serão utilizados para compor o processo de autoavaliação. Ressalte-se que com o advento da vigência de um novo PDI, também o processo autoavaliativo institucional passou por mudanças. Atualmente, esses métodos dividem-se em:

- Avaliações semestrais – que incluem as avaliações de matrícula online, avaliações docentes, de disciplinas e de coordenação, feitas pelos alunos, avaliação dos coordenadores, feitas pelos professores, e avaliação dos docentes feitas pelos coordenadores;
- Avaliações anuais – compostas de avaliação da instituição feita por professores e alunos, e pesquisa de clima organizacional, feita pelo corpo técnico-administrativo da IES;
- Pesquisas setoriais sazonais, de satisfação, voltadas para o público interno;
- Relatórios da ouvidoria e do Núcleo de Apoio Psicopedagógico – de periodicidade contínua, de ambos os setores, cujos resultados servem ao planejamento de ações institucionais e setoriais;
- Atendimento presenciais aos alunos, professores e corpo técnico-administrativo, feitos pela CPA, em sala reservada à comissão, para fins de coleta de informações autoavaliativas, ao longo de todo o semestre, transformando o processo de avaliação institucional em iniciativa de natureza continuada.

Em relação às avaliações semestrais, tanto àquelas que são feitas pelos alunos, dos professores, disciplinas, matrícula online e coordenações, quanto àquelas dos coordenadores, que são feitas pelos professores, todas acontecem através do controle acadêmico (sistema informatizado no qual o estudante tem acesso às portarias da IES, aos recados dos professores, às notas de cada avaliação, ao número de faltas que possui, a arquivos disponibilizados para o estudo, entre outras funcionalidades).

Semestralmente, alunos e professores são convidados a responder ao questionário de avaliação assim que acessam ao sistema da instituição. A participação não é obrigatória e, em 2016,

a instituição contou com a participação de mais de 80% dos docentes, tanto na avaliação de coordenadores quanto na institucional, e de aproximadamente 50% dos alunos, na avaliação de docentes e disciplinas, e 38% na avaliação institucional, um número que representa o dobro do considerado suficiente pelo Ministério da Educação quando a participação é facultativa.

Contudo, a avaliação dos professores, feita pelos coordenadores, diferentemente das apresentadas até aqui, se realiza através de um relatório semestral, que deve levar em conta os relatórios gerados automaticamente pelo sistema acadêmico, das avaliações dos docentes feitas pelos alunos, bem como uma avaliação de desempenho conforme critérios acadêmicos, observados pelos coordenadores ao longo de todo o semestre. Esses critérios devem levar em conta aspectos das atividades acadêmicas dos professores que somente a um coordenador compete avaliar, tais como comprometimento com os eventos, prática formativa e atividades interdisciplinares do curso. Esse relatório elaborado pelas coordenações é o documento final que concretiza e encerra a avaliação docente e de disciplinas, e que orienta as tomadas de decisão em relação ao suprimento de carências da equipe. É a partir desse documento que treinamentos e ações didático-pedagógicas e de natureza diversa são planejados e implementados.

Em relação às avaliações anuais, temos duas particularidades do processo de autoavaliação, que são coletas de informações que acontecem somente nos meses de novembro e dezembro, e são a avaliação institucional, que conta com a participação de alunos e professores, e a pesquisa de clima organizacional, que é aplicada em todos os setores administrativos da IES. No caso da avaliação institucional, esta é também aplicada através do sistema acadêmico da instituição. Anualmente, alunos e professores são convidados a responder à avaliação institucional, através de campanhas de incentivo à participação em reuniões, murais, sala dos professores, salas de atendimento aos alunos e visitas da comissão às salas de aula. Assim como na avaliação semestral docente e de coordenadores, a avaliação institucional não é obrigatória.

Todavia, em relação à pesquisa de clima organizacional, esta se encontra em fase de migração para aplicação via sistema, pois depende de uma alteração do nosso sistema acadêmico que está em processo de desenvolvimento. Quando conclusas as melhorias do sistema, o acesso dos colaboradores será possível através de suas matrículas institucionais. No ano de 2016 a pesquisa foi realizada através de formulários, que foram posteriormente tabulados, para fins de análise e composição de relatório. Em 2017 a pesquisa de clima organizacional já deverá ser realizada via sistema como todas as demais, se concluídas as alterações em andamento.

Em termos de metodologia de avaliação institucional, somem-se a essas já apresentadas, as pesquisas setoriais sazonais, que consistem em aplicação de questionários de satisfação periódicos, de acordo com a necessidade dos setores. A título de exemplo dessa modalidade de iniciativa

institucional, podemos citar uma pesquisa de satisfação de serviços prestados realizada pelo setor de informática - DTEC – em 2016. Os atores convidados a responder a essa pesquisa foram os professores da instituição, visto que era direcionada aos serviços do suporte, e estes estão atrelados ao atendimento de demandas docentes de equipamentos e laboratórios.

Por fim, integram, ainda, o processo de avaliação institucional, os relatórios semestrais gerados pelo Núcleo de Apoio Psicossocial (NAP) e pela ouvidoria. Os primeiros servem como ferramenta para mapear necessidades extraclasse dos alunos, a exemplo dos serviços de nivelamento de português e matemática, hoje oferecidos. Além disso, os relatórios do NAP configuram a diretriz basilar do processo de mapeamento do perfil dos alunos da instituição. Essa pesquisa auxilia o planejamento de ações publicitárias, de divulgação de atividades da instituição e de campanha do vestibular, bem como servem à tomada de decisão em relação à oferta de novos cursos.

Ademais, sobre o relatório da ouvidoria supramencionado, este integra o grupo de avaliações anuais e semestrais, como ferramenta espelho das principais insatisfações, sugestões e elogios da comunidade acadêmica interna e externa da IES. Tomados em conjuntos, todos esses processos autoavaliativos têm por objetivo, primordialmente:

1. Produzir dados relevantes à tomada de decisão institucional;
2. Questionar a essência do desenvolvimento das atividades cumpridas pela instituição;
3. Identificar as causas dos problemas e deficiências da Instituição;
4. Aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo da instituição;
5. Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
6. Tornar efetiva a vinculação da instituição com a comunidade;
7. Julgar a relevância científica e social de suas atividades e produtos;
8. Disponibilizar mecanismos para uma gestão mais racional;
9. Prestar contas das ações da instituição à sociedade.

Eis, então, as ações que integram o Planejamento Estratégico de Autoavaliação da FANESE. A seguir serão expostos os resultados práticos de ações implementadas em 2016, resultado tanto do processo de autoavaliação de 2015, quanto do processo de avaliação externa dos anos de 2015 e 2016.

II – METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação da FANESE está em consonância com os requisitos da Avaliação Interna, pois conta com:

- Equipe de coordenação para planejar e organizar as atividades, de forma a manter o interesse pela avaliação, sensibilizando a comunidade e fornecendo assessoramento aos diferentes setores da IES, levando-os a refletir sobre o processo. A CPA da FANESE conta com uma Coordenadora e diversos representantes dos demais segmentos da IES, como docentes, discentes, coordenadores de cursos, coordenador acadêmico, colaboradores técnico-administrativos, representante da sociedade civil etc. Tais membros trabalham exaustivamente para sensibilizar toda a comunidade acadêmica sobre a importância da autoavaliação, inclusive fazendo visitas às salas de aula, reuniões com líderes de turma, professores, colaboradores, além de auxiliar a comunidade no que é necessário para o bom desempenho da CPA e demais atividades da IES;
- Participação dos integrantes da instituição, pois o envolvimento de todos é imprescindível para o sucesso da CPA. Para tanto, coordenadores e professores se engajam na divulgação da avaliação dos docentes e das disciplinas, os demais colaboradores se comprometem com o processo, o representante da sociedade civil se integra, egressos participam através de eventos promovidos pela IES e o DCE garante a representatividade dos alunos no processo;
- O compromisso explícito dos dirigentes da IES em relação ao processo avaliativo ocorre a partir do momento que é dada liberdade de ação aos integrantes da CPA e é oferecido o apoio necessário para a busca da melhoria contínua;
- Informações válidas e confiáveis, pois a cada semestre a IES tem aprimorado seus instrumentos de pesquisa e contado com desenvolvimento de novos módulos no software utilizado para aplicação das autoavaliações, o que oferece cada vez mais segurança e fidedignidade às informações;
- Uso efetivo dos resultados, pois a cada semestre novas ações corretivas têm sido tomadas em função dos resultados apresentados nas pesquisas aplicadas pela CPA. Além disso, os resultados são divulgados em reuniões setoriais como forma de diagnosticar os problemas apresentados pelos indicadores trabalhados nas avaliações.

Com isso, procurando seguir as orientações dadas pela CONAES, a avaliação interna na FANESE acontece de maneira contínua, de forma que a instituição tem a possibilidade de

consolidar o conhecimento sobre sua própria realidade, nos cinco eixos propostos pelo instrumento de avaliação do Ministério da Educação, e sobre os quais se estrutura o presente relatório, conforme será explicitado mais detalhadamente nas seções seguintes. A meta da IES no curso desse processo é a busca pela compreensão acerca do significado do conjunto de suas atividades, sem a qual não se viabiliza a melhoria dos seus serviços educacionais, que buscam sempre estar congruentes com as demandas sociais locais, regionais e nacionais.

Esse processo se materializa através da adoção de diversos procedimentos autoavaliativos, já mencionados, quais sejam: avaliação de matrícula on-line, avaliação dos docentes e das disciplinas pelos alunos, avaliação institucional pelos alunos (que inclui avaliação dos coordenadores de curso, coordenação acadêmica, biblioteca e demais instalações físicas da IES), avaliação institucional pelos docentes, avaliação dos coordenadores de curso pelos docentes e discentes, pesquisa de clima organizacional e relatórios do NAP e ouvidoria.

Para tanto, a maior parte das avaliações são aplicadas através do Controle Acadêmico, principal canal de comunicação entre professores, alunos e instituição, desenvolvido pela Fábrica de Software da FANESE.

Esses resultados são tabulados pela CPA, em conjunto com o Departamento de Tecnologia - DTEC, e sistematizados na forma de tabelas, gráficos e relatórios. Através de reuniões com os membros da CPA e da Secretaria Executiva, bem como demais membros da comunidade acadêmica, como líderes de turma, coordenadores de curso, gestores de área etc., esses resultados são analisados e, a partir disso, são discutidas as estratégias para se obter melhorias nos aspectos identificados como desafios, bem como para a manutenção ou aprimoramento do que foi percebido como avanço institucional.

Após as discussões acima citadas, a CPA sintetiza os resultados, análises e propostas de melhorias nos relatórios parciais, e apresenta-os à Coordenação Acadêmica e à Direção Geral da IES, para apreciação e providências. A partir desses relatórios, novas reuniões entre CPA, Coordenação Acadêmica e Direção Geral da IES são promovidas, para que a proposição das ações corretivas seja feita. Assim, decidem-se quais serão as próximas ações da IES, e se dá início à operacionalização das mesmas.

Todavia, a concretização desses objetivos e das melhorias propostas pelos relatórios da CPA depende diametralmente de uma viabilidade econômica, que atualmente se encontra integrada às atividades da comissão, e que pode ser observada no estudo de sustentabilidade financeira institucional. Essa viabilidade das sugestões da CPA deve considerar que a gestão da organização precisa alinhar as estratégias organizacionais à sustentabilidade financeira.

Desse modo, são consideradas as projeções da tabela que segue:

RECEITAS	2017	2018	2019	2020
ANUIDADE / MENSALIDADES (+)	15.490.200,00	17.039.220,00	18.743.142,00	20.617.456,20
BOLSAS (-)	-	-	-	-
DIVERSOS (+)	1.365.000,00	1.433.250,00	1.504.912,50	1.580.158,13
FINANCIAMENTOS (+)	-	-	-	-
INADIMPLÊNCIA (-)	739.305,00	776.270,25	815.083,76	855.837,95
SERVIÇOS (+)	-	-	-	-
TAXAS (+)	-	-	-	-

DESPESAS				
ACERVO BIBLIOGRAFICO (-)	64.200,00	68.694,00	73.502,58	78.647,76
ALUGUEL (-)	938.300,00	1.032.130,00	1.135.343,00	1.248.877,30
DESPESAS ADMINISTRATIVAS (-)	2.776.068,29	2.914.871,70	3.060.615,29	3.213.646,05
ENCARGOS (-)	3.178.377,95	3.337.296,85	3.504.161,69	3.679.369,78
EQUIPAMENTOS (-)	38.950,00	40.752,00	52.587,00	62.857,60
EVENTOS (-)	32.222,88	33.834,02	35.525,73	37.302,01
INVESTIMENTO (COMPRA DE IMÓVEL) (-)	-	-	-	-
MANUTENÇÃO (-)	129.737,50	134.927,00	140.324,08	145.937,05
MOBILIÁRIO (-)	58.562,00	58.325,00	58.879,00	58.658,00
PAGAMENTO PESSOAL ADMINISTRATIVO (-)	1.669.541,50	1.753.018,57	1.840.669,50	1.932.702,97
PAGAMENTO PROFESSORES (-)	5.547.472,30	6.194.845,91	7.454.588,21	8.727.317,62
PESQUISA E EXTENSÃO (-)	45.869,25	48.162,71	50.570,85	53.099,39
TREINAMENTOS (-)	7.241,85	7.603,94	7.984,14	8.383,35

O conceito de sustentabilidade alinhado ao núcleo financeiro institucional implica no planejamento de estratégias que conduzam a IES para o desenvolvimento de ações que gerem recursos próprios para financiar as suas atividades. Nesse sentido, a avaliação institucional define estratégias para trabalhar os desafios institucionais a fim de corroborar inclusive para a geração

desses recursos, através de ações que promovam o crescimento institucional e a melhoria constante dos serviços prestados.

Em contrapartida, trabalhar os desafios implica necessariamente no planejamento de investimentos financeiros em áreas como infraestrutura, capacitação de pessoal e de docentes, pesquisa e extensão, eventos, ações de inclusão social, medidas que contemplem a diversidade, entre outros. Por esse motivo, o planejamento e projeção financeiros contemplam investimentos crescentes, todos os anos, nessas áreas, conforme se pode verificar na tabela apresentada.

É clarividente que essas ações são planejadas a partir das conclusões extraídas do processo de autoavaliação, considerando-se a viabilidade e os resultados efetivos das propostas, não fosse assim não haveria que se falar em evolução institucional facilmente observada quando se comparam os relatórios parciais desse triênio.

Desse modo, ao mesmo tempo em que os resultados da avaliação dependem investimentos, esses são destinados a atividades que promovem crescimento institucional e melhoria nos serviços e, conseqüentemente, contribuem para um retorno econômico que garante a sustentabilidade financeira, conforme se observa.

O passo seguinte, no processo de avaliação, é a divulgação dos resultados e das principais ações tomadas pela IES para a comunidade acadêmica em geral. Para isso, são utilizados os murais exclusivos da CPA, estrategicamente posicionados no hall da IES, onde toda a comunidade acadêmica pode ter acesso ao retorno da CPA a sua colaboração e ao seu papel fundamental nesse processo avaliativo que garante uma evolução institucional. A CPA também promove reuniões com líderes de turma, coordenadores de cursos, gestores de departamentos e demais membros da comunidade acadêmica e faz visitas em sala de aula para apresentar o resultado final das ações tomadas pela IES e discutir melhorias para os períodos vindouros. Hoje a comissão conta também com um *hot site* pensado para esse fim.

Dessa forma, a autoavaliação da FANESE atende ao que a CONAES orienta, pois funciona como um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Instituição.

III - DESENVOLVIMENTO

A seguir serão apresentados os dados e as informações pertinentes ao processo de avaliação, de acordo com o PDI e a identidade da instituição. Para tanto, será considerado como parâmetro o Instrumento de Avaliação Institucional Externa, do Ministério da Educação, publicado em agosto de 2014 e serão expostos os pontos referentes a cada eixo, conforme orientação do próprio ministério na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065.

EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O presente eixo tem por objetivo apresentar o planejamento e avaliação institucional, conforme artigo 3º, inciso VIII da lei 10.861, lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Para iniciar o relato acerca do planejamento e avaliação institucional, considerando a evolução institucional a partir dos processos de planejamento e Avaliação Institucional, a FANESE tem executado o planejamento trazido no seu Plano de Desenvolvimento Institucional a exemplo de planejamento de novos cursos.

Para tanto, iniciaremos tratando de três mudanças substanciais relativas à própria CPA. A primeira delas foi à entrada do professor emérito da IES, o professor Eduardo Ubirajara Rodrigues Batista, como representante dos docentes na secretária executiva. Essa alteração do representante dos docentes trouxe experiência e amadurecimento em termos de visão do processo de ensino e aprendizagem para as discussões da CPA.

Outra alteração significativa na composição da comissão foi a entrada da presidente do Diretório Central dos Estudantes da IES para representar os alunos. Essa alteração promoveu um diálogo mais aproximado entre a CPA e os alunos da instituição, atribuindo ainda mais credibilidade e confiabilidade aos procedimentos de autoavaliação. De igual modo, a presença da referida aluna traz para o corpo da equipe da comissão um retorno do corpo discente de natureza político-acadêmica, transpondo para os trabalhos da CPA uma visão mais concreta da realidade e das demandas dos alunos que são de competência desta comissão.

A terceira e última alteração, para que passemos aos demais tópicos referentes a planejamento e avaliação institucional e ao cumprimento das metas contidas no PDI, a sala da Comissão Própria de Avaliação foi transposta para um ambiente mais amplo, garantindo aos atendimentos presenciais mais conforto e privacidade. Isso porque em 2016 a CPA incluiu na

metodologia dos processos de autoavaliação atendimentos presenciais na sala da comissão. Para tanto, um trabalho intensivo de divulgação dos papéis da CPA foi realizado através dos murais e visitas em sala de aula a fim de delimitar que tipo de retorno lhe seria de competência exclusiva, dirimindo antecipadamente eventuais conflitos de competência com a Ouvidoria e com as Coordenações.

Tratados dos aspectos específicos da comissão responsável pelo processo de autoavaliação, e pelo presente relatório, passaremos a seguir às metas instituídas no PDI que dizem respeito a novos cursos. Sobre o curso de Engenharia Civil, o curso já foi autorizado pelo Ministério da Educação depois de visita *in loco* realização no segundo semestre do ano passado, inclusive com conceito de curso 4. De igual modo, o curso de Arquitetura, também obteve autorização de funcionamento através da SERES, sem visita e conseqüentemente sem conceito inicial, ambos já em funcionamento.

Ainda sobre o planejamento e avaliação institucional, é preciso fazer constar que o processo de autoavaliação da FANESE é constituído de questionários aplicados através do sistema acadêmico, bem como de relatórios da ouvidoria e Núcleo de Apoio Psicossocial e relatórios de avaliações setoriais sazonais e pesquisa de clima organizacional, conforme relato do planejamento na introdução do presente relatório.

Some-se a esses processos de coleta de dados para mapeamento de avanços e fragilidades, a realização de reuniões setoriais pós-avaliação e pós-pesquisa de clima organizacional, para divulgação de resultados e melhor diagnóstico, a partir da criação de um espaço de retorno e debates que somados integram os indicadores dos relatórios de avaliação. Essa foi uma forma encontrada pela CPA de envolver a comunidade acadêmica como um todo nesse processo de responsabilização pela evolução institucional, além de auxiliar na resolução de problemas diagnosticados a partir dos feedbacks dos próprios avaliados.

Já em relação aos relatórios do Núcleo de Apoio Psicossocial, conforme ressaltado no relatório de 2015, esses documentos continuam sendo de suma relevância para o planejamento e a execução de ações integrativas internas e publicitárias externas, em especial na campanha do vestibular, pois envolvem uma pesquisa de perfil dos alunos da instituição.

Além disso, essas informações possibilitam a tomada de decisão em relação à oferta de novos cursos, bem como à análise de pertinência dos seus cursos, considerando a região onde se insere a instituição e as demandas de mercado regionais. De igual modo, os relatórios do NAP, juntamente com os da ouvidoria, também instrumentalizam as campanhas semestrais de resgate de discentes que evadiram.

Tratado do processo de autoavaliação, é importante destacar que os processos avaliativos de 2016 que contemplam as avaliações semestrais, em 2016.1 e 2016.2, e a anual, em 2016.2, contaram com a participação de aproximadamente 40%, 50% dos alunos nas avaliações docentes, respectivamente, e 38% dos discentes na avaliação institucional, e de 80% dos professores, no caso das avaliações de coordenador e da avaliação institucional.

Os resultados acima tratados foram divulgados à comunidade acadêmica, incluindo a sociedade civil, através do *hotsite* da CPA, hospedado no site da FANESE, e nos murais dessa comissão, difundidos por toda instituição, sem que se deixe de mencionar as reuniões setoriais que também serviram à essa divulgação de retorno. Sobre essas ações, faça-se constar que foram realizadas reuniões com os técnicos desde a biblioteca até a secretaria, passando por uma reunião geral com o corpo administrativo, incluindo coordenadores, pós-graduação e Assessoria de Comunicação. Além dessas reuniões, outras reuniões com professores, por curso, também foram realizadas pelos coordenadores, para divulgação desses indicadores.

O objetivo dessa iniciativa é integrar toda a comunidade acadêmica nesse processo de autoavaliação, provocando-os a uma reflexão acerca dos resultados e suas causas, a fim de viabilizar a participação do corpo institucional no planejamento de melhorias.

Além disso, as avaliações docentes feitas através do sistema acadêmico geram, no final de cada semestre, relatórios para ciência dos avaliados, para os quais são disponibilizados os indicadores quantitativos somente, enquanto que aos coordenadores são disponibilizados os resultados quantitativos e qualitativos. Os resultados quantitativos a que referimos, são os dados numéricos relativos às respostas fornecidas pelo avaliador, que variam entre os conceitos ruim, regular, bom e ótimo. Já os resultados qualitativos, estes se referem aos comentários feitos pelo avaliador, dos professores sob a gestão do coordenador destinatário.

Do mesmo modo se dá na avaliação de coordenadores feita pelos professores, mas, no caso em tela, aos avaliados são destinados relatórios com dados quantitativos e qualitativos. Já em relação à avaliação de coordenadores feita pelos alunos, os dados quantitativos são liberados via sistema, mas os qualitativos passam pelo filtro do coordenador acadêmico para apresentação de resultado aos coordenadores.

Da mesma forma se dá em relação à avaliação docente, entretanto, para esse caso, esses relatórios automáticos do sistema são gerados e direcionados apenas à CPA e aos coordenadores, conforme mencionado, que se ocupam do planejamento de divulgação dos mesmos. Em geral, essa divulgação acontece através do envio individual de resultados aos respectivos professores e de reuniões individuais entre os professores e os coordenadores.

Dessa forma, a instituição dispõe de um relatório de autoavaliação com resultados quantitativos e qualitativos associados a análises, reflexões e proposições que subsidiam o planejamento e as ações institucionais. Some-se a essas ações, os relatórios semestrais entregues a gestão da instituição, com propostas de melhorias a partir dos processos avaliativos, conforme a comissão havia se comprometido em fazer quando do relatório referente a 2015.

Para melhoria do processo, a Comissão Própria de Avaliação vem trabalhando para integrar-se ainda mais aos processos decisórios institucionais, e para inclusão das avaliações da pós-graduação aos seus trabalhos. No presente momento, a comissão aguarda uma alteração no sistema acadêmico que está sendo feita pelo departamento de tecnologia da IES. Essas alterações possibilitarão a uniformização dos processos de avaliação através do uso do sistema. Esse é o desafio para 2017.

EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O presente eixo tem por fundamento basilar de análise o Plano de Desenvolvimento Institucional e consiste na exposição de coerência entre esse documento e as ações institucionais nas diferentes vertentes de sua atuação acadêmica, além de se propor a demonstrar os diferentes caminhos percorridos pela IES no contexto da sua inserção, de sua atuação face à inclusão e ao desenvolvimento econômico e social, a partir da missão, das metas e dos propósitos anunciados no PDI. Esse eixo, então, se propõe a abordar os postulados do artigo 3º, incisos I e III da lei 10.861, lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Sobre desenvolvimento institucional, cabe, primeiramente, tratar da missão institucional e das metas e objetivos do PDI, tratando das ações de promoção de ambos, bem como das contribuições dos resultados do processo de autoavaliação institucional, nesse processo de execução dos parâmetros postos no PDI.

Para tanto, algumas ações tem sido implementadas a partir desse processo de autoavaliação e da sua articulação com os postulados do PDI, tais como a implementação dos novos cursos, já mencionados quando tratamos do Eixo 1, articulado à expansão de infraestrutura, com aumento do número de salas de aula, finalização da construção de um novo auditório e disponibilização de um segundo elevador no bloco B. Com isso a FANESE atende por completo as metas do PDI referentes à abertura de novos curso e à manutenção e implementação de infraestrutura necessária para dar suporte a graduação.

Em relação à pós-graduação, todos os cursos ofertados estão de acordo com a programação do Plano de Desenvolvimento Institucional, apresentando coerência com o referido plano e com os cursos de graduação ofertados pela instituição, encontrando-se, no presente momento, em execução parcial, posto que o presente PDI que iniciou em 2016 estará vigente até 2019. Foram ofertadas, em 2016, três MBAs (MBA em Marketing, Comunicação Integrada e Assessoria, MBA em Gestão Empresarial e Inteligência Organizacional e MBA em Redes de Computadores 3.0), em cinco turmas, e oito especializações, sendo duas turmas da Especialização em Gestão de Pessoas e Psicologia Organizacional.

Além do já mencionado, em 2016 a IES requereu, ao Ministério da Educação, autorização para credenciamento do Ensino à Distância, para oferta dos cursos de Administração, Tecnólogo em Marketing e Tecnólogo em Processos Gerenciais, por acreditar que essas são as demandas mais imediatas para atendimento das necessidades educacionais de graduação do Estado. Esses são cursos já ofertados na modalidade presencial, e o pedido desses cursos, em especial, se deu devido à experiência institucional de inserção dos seus discentes no mercado local e de mapeamento das demandas da economia regional.

Com isso temos que, em relação à perspectiva pedagógica da instituição, as suas ações encontram-se em conformidade com o planejamento do Projeto Pedagógico Institucional previsto no seu PDI, a exemplo dos projetos e visitas técnicas interdisciplinares promovidas pelos professores em atendimento aos objetivos das práticas formativas da IES.

Tratada da relação entre o que foi estabelecido no Projeto Pedagógico Institucional do PDI, e as práticas institucionais, cabe falar sobre a coerência entre o PDI e as práticas de extensão desenvolvidas na IES. Sobre o referido tema, no ano de 2016, uma portaria foi publicada estabelecendo diretrizes para operacionalização e funcionalidade dos cursos de extensão, a Portaria nº 28, de 27 de outubro de 2016 e, neste ano, alguns projetos de extensão foram desenvolvidos em diversas áreas do conhecimento em atendimento ao compromisso de promoção de uma interação transformadora entre a instituição e a sociedade, integrando os saberes, estabelecidos no PDI. Para tanto, conforme já mencionado no relatório parcial anterior, a IES criou, desde 2010, o NUPEF – Núcleo de Pesquisa e Extensão – através da Portaria nº 24 de 5 de agosto de 2010, cujo objetivo é incentivar o trabalho de pesquisa e de extensão, despertando nos estudantes e professores da instituição o interesse pelas referidas práticas, bem como fomentando a produção da comunidade acadêmica da instituição.

Ainda sobre o NUPEF, anualmente são publicados editais de projetos de pesquisa e projetos de extensão, ambos sempre no mês de fevereiro, editais de iniciação científica e editais de

monitoria, ambos sempre no mês de março. A seguir serão expostas as práticas de extensão e pesquisa, respectivamente, desenvolvidas no ano de 2016 através do NUPEF.

Como atividade curricular de extensão e de compromisso social, reflexo do compromisso estabelecido no PDI de ações de inclusão social, para os alunos do curso de direito, além das práticas de extensão regulares das disciplinas, e dos eventos por área oferecidos pela instituição, foi desenvolvido o projeto de extensão intitulado “ECA em Ação: 25 anos em prol da cidadania e proteção integral aos direitos humanos e de crianças e adolescentes”, que contou com a coordenação da professora Antonina Leão, com participação de professores da IES, no desenrolar das atividades do projeto, com a participação direta de um aluno bolsista e outros dois alunos voluntários.

Esse projeto foi iniciado em 2015, e ofereceu aos conselheiros tutelares um curso de noções básicas de direito em pontos que interessam diretamente a atividade desenvolvida pelos mesmos, entre outras coisas. Em 2016 o referido projeto foi ampliado e foram contemplados no curso os conselheiros tutelares de mais de 50 municípios do Estado de Sergipe, uma iniciativa que integra acadêmicos da IES e a comunidade regional, para promoção da integração transformadora com a comunidade externa a que a FANESE se comprometeu no seu PDI.

Na área das Ciências Contábeis, a instituição dispõe de um projeto de extensão de execução contínua anual de capacitação da sociedade civil em relação à declaração do Imposto de Renda, que se repetiu em 2016, além da oferta de lançamento de declarações gratuitamente para cerca de 200 pessoas da comunidade local. Aos olhos da Comissão Própria de Avaliação, considerando-se os processos evolutivos institucionais e as dimensões acadêmico-administrativas da instituição, sobre a coerência entre o compromisso firmado no Plano de Desenvolvimento Institucional e a prática efetiva, a FANESE se enquadra no patamar muito bom de concretização de compromissos. Todavia, nesse quesito a IES reconhece que tais práticas de extensão precisam ser multiplicadas, e melhor desenvolvidas. Esse é um ponto de fragilidade em relação aos projetos de extensão.

Tratados dos projetos de extensão, passemos a abordagem sobre a coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa e iniciação científica, tecnológica, artística e cultural. Em relação a esse tema, o PDI da IES previa que, embora o Parecer CES/CNE nº 1.366/2001 considere as Faculdades orientadas basicamente para o ensino e para a formação de profissionais para o mercado de trabalho, a FANESE, no período de vigência deste PDI que inicia em 2016, conforme o Regimento Interno, a Portaria nº 24, de 24 de julho de 2007, bem como a Portaria nº 31 de 22 de agosto de 2008, irá incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica contribuindo com o desenvolvimento do homem e o entendimento do meio em que vive.

Nesse sentido, sobre a proposta de incentivo a pesquisa, no ano de 2016, cinco projetos de iniciação científica foram iniciados, sendo dois pertencentes ao grupo das temáticas de Engenharia de Produção, dois em Administração e um em Direito, o que coloca a prática de incentivo em total coerência com o que foi proposto no PDI em relação a essa matéria. Foram eles:

- Análise da vocação produtiva do bairro Santo Antônio (entorno da FANESE)
- Adoção e gestão de tecnologias da informação para sustentabilidade das micro e pequenas empresas (MPE)
- Desenvolvimento de um gerador de energia elétrica por meio de magnetismo
- Modelagem computacional dos defeitos substitucionais e propriedades ópticas nos garnets: $\text{Ca}_3\text{Ga}_2\text{Ge}_3\text{O}_{12}$, $\text{Y}_3\text{Sc}_2\text{Al}_3\text{O}_{12}$, $\text{Y}_3\text{Al}_5\text{O}_{12}$, $\text{Y}_3\text{Sc}_2\text{Ga}_3\text{O}_{12}$ e vanadato de ítrio: YVO_4
- Proteção dos dados pessoais dos consumidores brasileiros: do direito de registrar ao direito de esquecer

Eis os projetos de extensão e pesquisa desenvolvidos na instituição no ano de 2016.

Ainda versando sobre a produção de conhecimento, cabe destacar que a FANESE dispõe, ainda, de duas revistas eletrônicas indexadas com periodicidade semestral, são elas a Revista Eletrônica da FANESE - ISSN 2317 - 3769, e a Revista do Curso de Direito – ISSN 2236 – 3173.

Sobre atividades de cunho artístico, em 2016 o curso de direito promoveu uma olimpíada jurídica cujo objetivo foi criar um ambiente de desenvolvimento de habilidade discursivas criativas, a partir do uso da oratória. A olimpíada consistia num concurso seguindo o modelo de um programa de televisão chamado *The Voice*, em que um grupo de professores jurados ouvia os alunos discursarem sobre temáticas diversas, sorteadas, e aprovava o discurso segundo critérios de criatividade, domínio, segurança e persuasão, virando a cadeira para que conhecessem o discursador. O aluno passava de estágio na olimpíada de obtivesse aprovação de mais da metade dos jurados.

Tratadas das potencialidades em relação à coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural, há de se pontuar que em relação aos últimos, a IES apresenta um ponto de fragilidade posto que, em 2016, não foram desenvolvidas atividades que contemplassem de forma direta a aquisição de habilidades culturais. Todavia, com a implementação das atividades do curso de Arquitetura e Urbanismo, práticas de incentivo a essas habilidades serão planejadas e 2017.

O ponto seguinte a ser exposto no presente relatório, sobre o eixo 2, é a coerência entre o PDI e suas ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio histórico. Sobre essa temática, em 2016 foram

desenvolvidas ações de conscientização sobre preservação do patrimônio e memória cultural, tais como uma atividade interdisciplinas desenvolvida a partir de uma visita técnica ao museu da gente sergipana, que acontece todos os anos, com o objetivo de apresentar aos alunos a importância do patrimônio cultural e a diversidade cultural sergipana.

Além disso, visita a edificações tombadas, para promoção de contato dos alunos com a historiografia regional do patrimônio histórico e cultural, a exemplo da visita ao prédio da Ordem dos Advogados do Brasil, uma visita técnica interdisciplinas que atendeu a propostas de promoção de contato dos alunos e professores com o patrimônio histórico local, ao mesmo tempo em que trazem as atividades e comissões da Ordem dos Advogados do Brasil para o contexto acadêmico.

Já em relação ao incentivo à diversidade e ao meio ambiente, bem como em relação à coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial, foram incluídas duas disciplinas obrigatórias em todos os cursos da IES, desde 2015, e são elas: Relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira e indígena e Direitos Humanos e sustentabilidade, cujas ofertas e atividades foram continuadas em 2016.

Essas disciplinas passaram a integrar a grade curricular de todos os cursos da IES. Além disso, ainda em relação ao fomento de atividades de difusão de conscientização em relação ao meio ambiente, a FANESE editou uma portaria que entrou em vigor na data da publicação, de 19 de novembro de 2015, institucionalizando a prática de educação ambiental no âmbito do desenvolvimento das atividades acadêmicas da instituição.

A portaria supramencionada foi editada com fins de tornar exequível, no âmbito das suas atividades, o Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002 que Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. E, para tanto, traz propostas de promoção dessa educação de forma integrada através de práticas interdisciplinares e determina a criação de um *link* no site da instituição, divulgando suas ações ligadas, tanto à responsabilidade social quanto à educação ambiental como forma de disseminar essa prática também na sociedade civil, para além dos limites físicos da instituição.

Apesar de datar de 2015, a portaria é de novembro daquele ano e isso significa que as ações de implementação das diretrizes da mesma foram desenvolvidas ao longo do ano de 2016, e são elas:

- Palestras para toda comunidade acadêmica sobre responsabilidade socioambiental e sustentabilidade;
- Palestra sobre prevenção da Dengue, com abordagem acerca da importância de multiplicação das informações obtidas pelos presentes aos demais membros da comunidade em que se inserem;

- Doação de 300 mudas de árvores frutíferas e de paisagismo aos alunos da instituição, uma ação que contou com uma parceria firmada com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente;
- Continuidade do convênio firmado com a 3R reciclagem, empresa responsável pela coleta de baterias e materiais eletrônicos;
- Continuidade da parceria com o CARE, Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju, para coleta de papel e demais materiais de uso da cooperativa;
- Continuidade na manutenção da Praça José A. R. de Lima, em atendimento a um compromisso socioambiental firmado entre a IES e o governo local;

Sobre as ações de incentivo a produção artística, em 2016 foi realizado um sarau com os alunos do curso de Direito, oportunidade em que os alunos puderam manifestar a criatividade aliada ao conhecimento técnico do direito. Na ocasião uma apresentação dos resultados da atividade foi feita para toda a comunidade acadêmica. Some-se ao referido incentivo, os convites feitos pela IES aos artistas locais que integram o corpo discente institucional, para apresentação em eventos e abertura de semestre. Essa iniciativa garante uma valorização do artista local, ao mesmo tempo em que incentiva o desenvolvimento das habilidades artísticas entre os seus alunos. Todavia, a FANESE reconhece a necessidade de avanço no sentido de integrar os serviços acadêmicos institucionais às práticas de produção artístico-culturais dos seus alunos.

Em relação à coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social, vale destacar que a sede da IES anteriormente se localizava em outro endereço. A decisão dos dirigentes pela escolha do atual bairro onde se localiza a FANESE foi atravessada pelo desejo institucional de promoção do desenvolvimento na região. Atualmente, o local de oferta de todos os cursos se situa em um bairro periférico, o mais antigo da região da cidade e depois da instalação da faculdade no referido bairro, houve um movimento de alocação na área de comércio de alimentos, entre outros, além de um shopping em vias de construção, conforme mencionado no relatório parcial de 2015.

Sobre a coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social, em relação à inclusão social, o PDI atual traz uma previsão de vagas reservadas a alunos do PROUNI e disponibiliza financiamento do programa do Ministério da Educação, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e, eventualmente, atende a demandas locais de bolsas integrais a alunos de baixa renda. Além disso, Em 2016 foi mantida uma bolsa integral já existente e, no processo seletivo do final de 2016 para ingresso em 2017, duas bolsas integrais e uma parcial foi concedida atendendo aos critérios de responsabilidade social, considerando as demandas locais. Para finalizar a temática, registre-se que foi feita uma doação a uma escola carente da região, a Escola Senador Lourival

Fontes, de 15 CPUs, para melhoria nas atividades educacionais de inclusão digital da referida instituição.

Sobre a responsabilidade social da instituição, especificamente, considerando-se os postulados da lei do SINAES, no seu artigo 3º, inciso III que trata da contribuição da IES em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, em 2016 foi dada continuidade às atividades de inclusão já implementadas quando da elaboração do projeto de acessibilidade. O referido projeto teve por finalidade criar uma comissão de acessibilidade a fim de delegar a esta o planejamento e a ações de políticas de acessibilidade que incluem atuações institucionais internas e externas para atendimento a pessoas com deficiência, possibilitando seu acesso ao ensino superior na instituição, e posterior integração na sociedade.

Em 2016 a IES incentivou, através do seu corpo docente de orientação de pesquisa, um Trabalho de Conclusão de Curso de aluno de graduação em direito sobre as reais condições de acessibilidade dos órgãos públicos de Aracaju. O referido trabalho, que foi apresentado ao final de 2016, contemplou visitas e aplicação de questionários na sua metodologia, e os seus resultados serão discutidos pela comissão para planejamento de ações internas e de conscientização acerca das práticas efetivamente inclusivas.

Ressalte-se que essa preocupação em relação à acessibilidade já está presente nas políticas da instituição desde a sua gênese. Para facilitar a locomoção de alunos e da comunidade geral, por exemplo, todos os laboratórios de informática foram colocados no mesmo andar, ao qual se chega por meio de escadas ou elevador. Também como intuito de facilitar a mobilidade de pessoas com dificuldade de locomoção, os demais laboratórios da FANESE, o serviço de reprografia, secretaria, a sala dos professores, a tesouraria, a biblioteca e as salas de leitura localizam-se no térreo.

Ademais, foram eliminadas barreiras arquitetônicas, facilitando a circulação, todos os andares dispõem de banheiros adaptados (com barras de apoio nas paredes e pias para o pleno e adequado uso dos cadeirantes).

Em seu edital de Vestibular, a FANESE, no item 1.5 esclarece que, uma vez que o sujeito entre em contato com a Comissão do Processo Seletivo em prazo previamente estabelecido, poderão ser disponibilizados todos os recursos necessários para garantir que a pessoa com deficiência faça a seleção da IES, bem como, aos alunos de escolas públicas e àqueles que comprovem baixa renda, é isentada a taxa do vestibular.

Em decorrência disso, por diversas vezes a IES teve a oportunidade de articular suas ferramentas de promoção de inclusão e não houve hesitação para tal iniciativa. Como outros exemplos das ações já tomadas no sentido de respeito à diversidade e promoção da inclusão, a IES

já disponibilizou salas mais acessíveis para candidatos com mobilidade reduzida, já imprimiu provas em tamanho especial para candidatos com deficiência visual, e já disponibilizou intérpretes de LIBRAS para candidatos com deficiência auditiva (durante a prova e a correção da redação), convidou o bale de cadeirantes e o coral da LBV para apresentação artístico-inclusiva na IES.

Alguns intérpretes de LIBRAS já fazem parte do quadro de funcionários da IES. Eles dão auxílio necessário aos alunos com deficiência auditiva, já matriculados na FANESE. Tais intérpretes acompanham os alunos em todas as aulas, para que os mesmo tenham o melhor aproveitamento possível. Eles também estão juntos ao aluno nos momentos de avaliação, assim como auxiliam os professores na correção das provas. Professores e intérpretes mantêm sempre um diálogo, de modo que os primeiros buscam o exercício de práticas pedagógicas, estratégias metodológicas ou modos de avaliação que possam favorecer o aprendizado para todos os estudantes, independente da sua condição. Os intérpretes disponibilizam, sempre que necessário, literatura específica para auxiliar os docentes.

Além disso, todo esse processo é avaliado na intenção de manter uma melhora crescente nas ações de educação inclusiva. Nesse sentido, os intérpretes citados mantêm estreito contato com as coordenações de curso, fornecendo relatório de como o estudante com deficiência tem evoluído no seu aprendizado; expondo, também, se o mesmo tem apresentando queixas da instituição; sinalizando como tem sido a interação do estudante com colegas, professores e corpo técnico-administrativo da IES, entre outras questões que o coordenador e ou o intérprete acharem pertinente.

Ainda para promover inclusão da pessoa com deficiência, no contrato de locação de impressoras foi incluído um aditivo em 04 de março de 2015 que prevê a disponibilização, pela empresa contratada, de impressoras em braile para sempre que necessário.

Eis as ações desenvolvidas pela instituição em relação ao desenvolvimento institucional. Passemos, então, ao eixo 3 que trata de políticas acadêmicas.

EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS

O presente eixo tem por objetivo demonstrar os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, tomando por base de análise a finalidade basilar da atividade da IES que é o aprendizado. Além disso, o presente relatório, ao tratar do eixo de políticas acadêmicas, se propõe a demonstrar ações que promovem a comunicação da IES com a sociedade, a relação entre

as políticas acadêmicas e o atendimento ao discente; tudo em conformidade com o artigo 3º, incisos II, IV e IX da Lei 10.861, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Sobre as políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas voltadas aos cursos de graduação, em 2016, algumas disciplinas propedêuticas do curso de Direito passaram por adaptação na ementa e na nomenclatura para melhor atender as demandas do curso, considerando-se o perfil do corpo discente da instituição, e alguns docentes envolvidos em disciplinas dos cursos relativos ao pedido de credenciamento EAD passaram por treinamento sobre as novas diretrizes de elaboração de material didático para as disciplinas EAD. Além disso, foi realizado um treinamento com todos os professores das disciplinas *online* para uniformização de práticas didático-pedagógicas relativas às referidas matérias.

O objetivo do encontro foi padronizar nomenclaturas de arquivos postados, tipos e nomenclatura dos fóruns, quantidade de acessos semanais, bem como discutir o papel do professor tutor de disciplinas EAD e compartilhar algumas práticas ou experiências positivas em relação as disciplinas ofertadas nessa modalidade. O treinamento foi realizado de forma dialogada e os professores puderam participar da construção das novas diretrizes acadêmico-institucionais para essas ofertas.

Ainda sobre as ações acadêmico-administrativas, a instituição dispõe de programa de monitoria com editais publicados semestralmente, em que a instituição concede ao aluno desconto de 15% na mensalidade e certificado de 15 horas complementares por semestre de monitoria, para os casos de vagas com bolsa, e certificado de horas complementares de 30 horas para monitoria voluntária. Em 2016 foram ofertadas 06 vagas para monitoria com bolsa e 33 para monitor voluntário no primeiro semestre, e 06 vagas de monitoria com bolsa e 30 vagas para monitor voluntário no segundo semestre, desse total, n em 2016.1 tivemos um aluno aprovado na seleção de vagas com bolsa e 12 para as vagas de monitoria voluntária e em 2016.2 tivemos 06 aprovados com bolsa e 9 selecionados para monitoria voluntária.

Já em relação às políticas de ensino e ações acadêmicas para os cursos de pós-graduação *lato sensu*, a IES implantou uma Comissão Permanente para Apreciação e Aprovação das Propostas de Projetos Pedagógicos de Cursos da Pós-Graduação *Lato Sensu*, com o objetivo de avaliar os projetos pedagógicos dos cursos de pós-graduação em relação a relevância sócio-regional, demandas locais e adequação em relação as políticas institucionais, bem como às diretrizes da missão e da visão da FANESE. Apesar de representar um avanço, essa política não encontra previsão no PDI 2016-2019, pois foi implementada posteriormente pela portaria nº 30 de 17 de novembro de 2016. Sobre os processos de acompanhamento e avaliação dos cursos, esses estão em processo de discussão e estudo junto a CPA, coordenação pedagógica e da pós-graduação.

De igual modo, a FANESE formalizou os parâmetros de Propostas de Projeto Pedagógico de Cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, através da Portaria nº 29, de 07 de novembro de 2016, a fim de regulamentar a obrigatoriedade de elaboração, cadastro e controle das referidas propostas, inclusive em atendimento às novas diretrizes do Ministério da Educação para as pós-graduações no país.

O eixo que trata de políticas acadêmicas abrange ainda políticas institucionais e apoio para a realização de programas ou projetos pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural e de extensão. Sobre esse apoio, a instituição, através de uma parceria com o Instituto de Pesquisa, Tecnologia e Negócios, cede seu espaço e seus equipamentos para desenvolvimento de pesquisas fomentadas por agências especializadas locais ou nacionais, numa espécie de parceria na execução. Essas pesquisas são fomentadas por agências especializadas, mas são desenvolvidas no espaço da instituição por sua equipe docente, conforme mencionado no relatório que tratou das ações de 2015. A parceria seguiu em 2016.

Especificamente sobre esse apoio aos projetos de extensão, sobre o projeto de capacitação dos conselheiros tutelares de mais de 50 municípios no Estado, a IES forneceu todo o suporte financeiro e material para a realização deste, em parceria com o Tribunal de Justiça, através da Coordenadoria da Infância e da Juventude e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança. Além disso, Congressos gratuitos com suporte exclusivo da instituição foram realizados, a exemplo do I CONVER, evento da área do Direito.

Sobre políticas institucionais e ações de estímulo à difusão das produções acadêmicas de alunos e professores, a FANESE dá suporte financeiro a professores e alunos para apresentação de trabalhos acadêmicos em eventos inclusive fora do Estado, sempre que há demanda - aprovação de trabalhos e requerimento dos envolvidos.

No ano de 2016 foi dado suporte a três apresentações de artigo fora do Estado, um no Simpósio Brasileiro de Tecnologia da Informação (SBTI), com a apresentação do trabalho “Treinamento e Participação dos Usuários: desafios para a adoção de tecnologia da informação no setor público”, artigo que recebeu o prêmio de melhor trabalho nacional no referido evento. Além desse, outros dois trabalhos foram apresentados no ENANPAD (Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração), com auxílio financeiro da instituição, um sobre Segurança da Informação, em que o docente figura com coautor, e outro sobre “Produção Científica sobre Adoção de TI no Brasil”. Destaque-se que o artigo premiado nacionalmente foi produzido a partir da coleta de dados que integrou o relatório de estágio de disciplina do curso. Os dados coletados serviram de base para a elaboração de um projeto de pesquisa da FANESE, que

culminou com a produção do artigo premiado. Essa iniciativa está institucionalizada pela Portaria nº 19 de 16 de maio de 2007.

Além disso, a instituição dispõe de duas revistas com indexação eletrônica, a “Revista Eletrônica da FANESE”, com ISSN 2317-3769 e a “Revista do Curso de Direito”, com ISSN 22363173, conforme mencionado quando tratado do eixo 2.

Em relação às ações acadêmico-administrativas tecnológicas, atualmente a instituição dispõe de uma fábrica de softwares, responsável pela criação dos softwares utilizados na instituição. Além da fábrica de softwares, a IES criou um instituto, intitulado Instituto de Pesquisa, Tecnologia e Negócios, doravante denominado ITPN, constituído enquanto associação de interesse público, sem fins econômicos, com prazo de duração indeterminado, cujos principais objetivos já foram tratados no relatório parcial de 2015. Apenas destaque-se que as atividades dos referidos instituto e fábrica de software foram continuadas em 2016.

Sobre as políticas institucionais de comunicação, em relação à comunidade externa, a FANESE estabelece elos de comunicação com a sociedade através do seu site, comerciais veiculados em meios de comunicação de massa, notas em jornais e através de eventos abertos à comunidade, tais como a feira do empreendedorismo, os congressos de participação gratuita, as ações de extensão e de políticas sociais direcionadas ao público em geral, já mencionadas quando tratamos dos eixos anteriores.

Além das estratégias de disseminação de informações com a comunidade externa, a IES dispõe de mecanismos de divulgação de informações interna, tais como murais, o próprio site, banners e visitas de coordenadores, do coordenador acadêmico e da CPA às sala de aula, e disponibiliza mecanismos de comunicação do aluno com a instituição, tais como a ouvidoria, o Núcleo de Apoio Psicossocial - NAP, e os atendimentos presenciais da Comissão Própria de Avaliação, que além dos questionários eletrônicos de autoavaliação, que dão voz a sua comunidade interna, ainda divulga amplamente seus resultados através de murais e de atendimentos presenciais dois dias na semana.

Tratadas de se tratar de políticas de comunicação, a instituição oferece aos alunos serviços de atendimento do NAP e da ouvidoria, visando suprir necessidades individuais que estejam interferindo no processo de ensino e aprendizagem. Com isso, é salutar destacar que não se tratam apenas de mecanismos de comunicação, mas são, antes de tudo, instrumentos de diagnóstico que norteiam as políticas administrativo-acadêmicas da instituição.

Além desses atendimentos, também as coordenações de cursos e acadêmica abrem portas aos discentes, visando solucionar necessidades individuais destes, bem como grupos de nivelamento de matemática, para suprir lacunas de aprendizagem dos alunos cujo curso dispõe de disciplinas de

cálculo, e de Língua Portuguesa, direcionado a todos os alunos de todos os cursos da instituição. Ambos são ofertados durante todos os semestres e os encontros acontecem aos sábados e durante a semana. Esse último somente para o nivelamento de matemática. Todas essas atividades foram mantidas em 2016.

Esses encontros têm por objetivo não somente suprir lacunas de aprendizagem anteriores ao ingresso na vida acadêmica, mas também incrementar o aprendizado do alunado da FANESE, potencializando seu aproveitamento nas disciplinas mais relevantes do seu respectivo curso. Entretanto, aponta-se como fragilidade, nesse sentido, a incipiência das propostas de integração específico para o calouro. A IES em 2016 institucionaliza essa proposta através de portaria (Portaria nº 12 de 18 de abril de 2016), todavia as ações ainda não foram de fato implementadas.

Sobre programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente, em termos de participação com infraestrutura, a instituição contribui com a promoção de eventos ao disponibilizar seu auditório todos os dias da semana que estiver livre uma mudança ocorrida em 2016, a despeito da reserva de um único dia da semana, a sexta-feira, para esse fim, como acontecia em 2015. Além disso, um setor com coordenação de eventos foi criado para melhor subsidiar tais práticas. Nesse ponto, nota-se um avanço na política institucional.

Entretanto, em relação a políticas e ações de acompanhamento de egressos, há um encontro anual de ex-alunos para fins de integração e manutenção de laços com os mesmos, e um acompanhamento de coordenação de atuação e contribuição desses junto ao mercado de trabalho das respectivas áreas. No relatório referente às atividades do ano de 2015 destacamos que a instituição ainda não adotava nenhuma política de acompanhamento dos egressos e esse ponto foi posto como fragilidade. Todavia, em 2016 foi editada a Portaria nº 12 de 18 de abril de 2016, que institucionalizou ações a serem executadas junto aos alunos egressos, ingressantes e alunos com matrícula trancada, cancelada ou em estado de abandono.

Em relação aos egressos, foram estabelecidas políticas como criação de banco de dados com a relação dos ex-alunos, desde aqueles formados da primeira turma, manutenção de contato constante com esses para acompanhamento da sua atuação no mercado e novas demandas, convites para participação em eventos com ouvinte ou palestrante, buscando-se sempre priorizar a prata da casa, num processo de interação contínuo para suporte, retorno e valorização dos formados da IES. Registre-se que em 2016 a IES contou com a participação dos egressos na sua campanha de vestibular e hoje conta com ex-alunos no corpo docente institucional.

Para os ingressantes, a portaria estabelece a orientação de produção de cartilha de instruções gerais para inserção deste no contexto da educação superior e da IES, apresentação e visitas constantes dos coordenadores de curso às salas de aula, promoção de eventos internos voltados

especificamente para esses alunos e viabilização de interações destinadas ao despertar da motivação no discente.

Sobre aqueles em situação de matrícula suspensa ou em abandono, a IES buscou institucionalizar políticas de interação para compreensão das razões do abandono, bem como oportunizar a manifestação do interesse da instituição pelo destino do seu aluno.

Por fim, em relação às ações institucionais relacionadas à inovação tecnológica e à propriedade intelectual, não há que se falar em tais políticas, vez que ações dessa natureza ainda não constam no PDI da IES. Segundo o próprio instrumento de avaliação do Ministério da Educação, essas políticas devem ser avaliadas somente se prevista no PDI. Sendo assim, a ausência de tais políticas não caracteriza ponto de fragilidade.

EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO

O presente eixo tem por objetivo apresentar políticas de pessoal e da organização e gestão da instituição, bem como expor aspectos do planejamento e da sustentabilidade financeira como forma de garantia do seu PDI de forma sustentável, em conformidade com o artigo 3º, incisos V, VI e X da Lei 10.861, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. O eixo 4 do presente relatório, então, deve abordar as políticas de gestão adotadas em 2016 pela Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe. Para tanto, deverão ser abordadas as políticas de pessoal, a organização e gestão da instituição e a sustentabilidade financeira.

Para iniciar a exposição das políticas de gestão adotadas pela IES em 2016, o presente relatório exporá as políticas de formação e capacitação docente, que, em 2016, se materializaram sob a forma de encontros pedagógicos feitos no início dos dois semestres, bem como da reunião com a direção da instituição, com fins de uniformização das suas políticas e de criação de espaço para participação da comunidade acadêmica nos principais acontecimentos administrativos e acadêmicos do semestre vindouro.

Além dos eventos ofertados nesses encontros pedagógicos, é política de formação e capacitação docente, ainda, o apoio financeiro dado aos docentes para participação de eventos fora da instituição, com fins de agregar conhecimentos as suas práticas pedagógico-educacionais de sala de aula, já mencionado. Ademais, o site da instituição dispõe de espaço reservado aos docentes para compartilhamento de produções didático-pedagógicas e produções didático-institucionais, bem como as revistas da FANESE, já tratadas no eixo anterior.

Outro ponto que carece de atenção e relato é a política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo que em 2016 contou com treinamentos de setoriais internos para atendimento de especificidades, e um treinamento semestral para todos, sobre atendimento ao público, todos eles com o objetivo de potencializar o desempenho dos funcionários administrativos da instituição no cumprimento das suas atividades de atendimento ao público interno e externo. Destaque-se que o treinamento geral sobre atendimento foi planejado levando em consideração os resultados da avaliação institucional de 2015, nos quesitos sobre atendimento. A avaliação institucional permitiu diagnosticar a demanda por esse treinamento específico.

Sobre a gestão institucional, havemos de considerar as principais decisões dos órgãos colegiados em 2016. Antes de tratar das referidas decisões, cabe destacar que em 2016 a composição dos membros dos Conselhos Superiores CAS (Conselho de Administração Superior) e CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão), foi alterada pela Portaria nº 27 de 07 de outubro de 2016. A referida alterou a Portaria nº 05 de 16 de abril de 2014.

Em relação às decisões dos órgãos colegiados, destacam-se, em especial, as deliberações que instituíram o calendário acadêmico de 2017, a Resolução nº 01 do CEPE, e a resolução nº 01 de 30 de dezembro de 2016, que reformula o conteúdo da Resolução 02 do CAS de 23 de abril de 2010, alterando as regras de funcionamento do Núcleo de Prática Jurídica.

Em relação à CPA, em 2016 foram realizadas 08 reuniões para deliberações sobre processos de autoavaliação e medidas administrativas para aperfeiçoar esses processos. Essas reuniões possibilitaram a comissão discutir sobre alterações nos questionários aplicados a comunidade acadêmica, aperfeiçoamento do questionário da pós-graduação, alterações na divulgação de resultados, formas de incentivo da participação dos alunos, resultados finais dos relatórios, entre outros.

Outro ponto relacionado às políticas de gestão é o funcionamento do sistema de registro acadêmico em relação ao atendimento das necessidades da comunidade interna da IES e, em relação aos sistemas, que são três (um arquivo físico, um sistema eletrônico chamado RM, que cuida de toda a operacionalização administrativo-financeira da instituição e o Controle Acadêmico), a mudança significativa ocorridas em 2016 refere-se à melhor integração do sistema acadêmico com as disciplinas online, que cria espaços para lançamentos das notas separadas de fóruns, estudos dirigidos e provas. Foi feita uma adequação no lançamento dessas notas, criando-se esses campos distintos dos campos de lançamento das notas das disciplinas presenciais, em atendimento às novas diretrizes de avaliação das disciplinas *online*. Com essa mudança o sistema identifica os pesos e elabora um cálculo final com base nos parâmetros estabelecidos.

Sobre Sustentabilidade Financeira, em 2016 a instituição continuou gerindo seus próprios custos e lucros sem necessidade de recurso a financiamentos bancários. Ademais, um projeto de avaliação institucional aliado a sustentabilidade financeira foi elaborado com fim de melhor subsidiar os planejamentos financeiros institucionais e contemplar as propostas de melhoria apresentadas pela CPA a partir da análise de resultados dos processos de autoavaliação.

Por fim, cabe à temática de políticas de gestão uma exposição acerca dos planos de carreira de docentes e técnicos. Em relação aos docentes, são aplicados os incentivos por titulação a todos os contratos novos e antigos de professores de todos os cursos, enquanto que em relação aos técnicos administrativos, aplicam-se incentivos como o quinquênio, ambos previstos no PDI, conforme já destacado no primeiro relatório parcial.

EIXO 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA

O eixo que aqui se apresenta tem por objetivo demonstrar as condições estruturais que a FANESE apresenta para o desenvolvimento das suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. O presente eixo contempla o inciso VII da Lei 10.861, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Para iniciar o relato acerca da infraestrutura física da IES, vale falar das instalações administrativas e, em relação a esse item, a Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe, em 2016, foram mantidas as ações de melhoria na segurança da IES a partir de articulações administrativas junto a Secretaria de Segurança Pública, que serviram para aumentar o patrulhamento da região com a ampliação do número de viaturas designadas a passar pela região. Essas articulações aumentaram o tempo de patrulhamento da polícia militar do estado na região.

Em relação às salas de aula, novas salas estão em fase de finalização e acabamento, no bloco B, segundo andar e um novo auditório no terceiro andar foi inaugurado e hoje sedia as refeições de grau e os eventos institucionais e de curso da IES. Esse novo auditório tem capacidade para 4 vezes mais alunos que o já existente no bloco A.

Sobre os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas, no aspecto da infraestrutura, um contrato foi firmado com uma empresa de administração de laboratórios que culminou no aumento de microscópios disponibilizados, além do acréscimo de equipamentos de geologia e de engenharia de produção. Esse contrato tem por objetivo manter a atualidade e condições de uso dos equipamentos de laboratórios, bem como a realização de manutenções constantes. Entretanto, considerando-se a demanda por laboratórios de serviços posta no

instrumento de avaliação institucional, a IES não dispõe destes, exceto aqueles desenvolvidos pelo Núcleo de Prática Jurídica.

As salas de professores tiveram as alterações de cabines de atendimento e secretária próprias mantidas em 2016, assim como as salas designadas para os professores em regime de trabalho integral e, sobre as instalações referentes à CPA, a comissão ganhou uma sala maior, possibilitando mais privacidade e conforto no atendimento aos alunos. Por fim, sobre espaços de convivência e alimentação, um novo espaço com cantina, mesas, cadeiras e bancos tem sido mantido no segundo andar do bloco B, além do já existente no térreo e um novo elevador foi instalado no mesmo bloco.

IV – ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

A sessão que aqui se apresenta se propõe a realização de um diagnóstico a respeito da IES apontando avanços e desafios a serem enfrentados pela IES. Ademais, essa sessão se propõe, ainda, a evidenciar os avanços práticos em relação ao que foi programado no seu Plano de Desenvolvimento Institucional, a partir do perfil e da identidade da IES. Sobre os avanços e desafios de cada eixo do relatório.

EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Em relação ao eixo 1, que trata do planejamento e avaliação institucional, havemos de destacar em relação aos avanços:

- Execução total do que houvera sido programado no PDI anterior em relação aos novos cursos de graduação, inclusive em relação à Engenharia de Petróleo, que foi extinto por motivos alheios a execução do que houvera sido programado no PDI pela instituição, visto que chegou inclusive a ser ofertado, e execução parcial em relação ao novo PDI (2016 – 2019) que contempla novos cursos, incluindo-se nessa execução parcial o requerimento de credenciamento EAD para oferta dos cursos de Administração, Tecnólogo em Marketing e em Processos Gerenciais;
- Execução parcial do PDI em relação aos cursos de pós-graduação *lato sensu*;
- Processo de autoavaliação contempla os processos propostos pelo planejamento de autoavaliação institucional que consta no PDI e que vem sendo aprimorado semestre a semestre, incluindo-se a aplicação da pesquisa de clima;
- Percentual de quase 50% de participação dos alunos nas avaliações docentes e de disciplinas, um aumento significativo em relação a 2015, e de aproximadamente 80% dos docentes no processo de avaliação institucional e de coordenação, percentual considerado satisfatório pelos avaliadores externos do Ministério da Educação;
- Comissão Própria de Avaliação composta por representantes internos de áreas de atuação distintas, como representantes dos docentes, coordenadores e técnicos administrativos, e por representantes da sociedade civil, tanto na comissão quanto na sua secretaria executiva e que agora conta com representante do DCE para garantia da participação dos alunos no processo;

- Resultados das avaliações divulgados no sistema acadêmico para professores e coordenadores, e nos murais da CPA para membros da sociedade em geral, bem como através de relatórios analíticos divulgados à direção e aos colaboradores da instituição, em reuniões realizadas por setor, e no *hotsite* da Comissão, uma novidade implementada em 2016.
- Elaboração de projeto de avaliação institucional com sustentabilidade financeira, em 2016;
- Entrega de relatórios semestrais ao corpo diretivo da instituição, conforme havia sido projetado no relatório anterior, garantindo maior participação da CPA nos processos decisórios institucionais.

Sobre os desafios relacionados ao planejamento e avaliação institucional, a IES destaca o seguinte:

- Nem todas as decisões relacionadas a melhorias institucionais em pontos que passam pelo processo de avaliação institucional e docente são tomadas a partir dos relatórios de autoavaliação, todavia em 2016 algumas ações passaram a ter influência desses processos, com previsão inclusive orçamentário-financeira para as ações diagnosticadas;
- Melhor planejamento de ações voltadas para o corpo técnico-administrativo integrado ao setor de recursos humanos da IES.
- Ações de integração da pós-graduação nos processos de avaliação institucional ainda incipientes, embora já em fase de planejamento.

Eis, então, apresentados os avanços e desafios encontrados pela Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe em relação ao planejamento e à avaliação institucional. Com os avanços e desafios apresentados, podemos concluir que em relação ao planejamento e avaliação institucionais houve um número acentuado de avanços, com um procedimento de autoavaliação que se encontra envolvido com os setores da instituição, e com a adoção de procedimentos de viabilização do contato entre a Comissão Própria de Avaliação e a comunidade acadêmica.

Os desafios em relação ao referido eixo são de conhecimento dos que compõem o corpo administrativo e acadêmico da IES. Por esse motivo, estratégias de incremento das ações que integram o referido eixo vêm sendo constantemente discutidas em sede de reuniões da CPA.

Em seguida serão abordadas as potencialidades e fragilidades em relação ao desenvolvimento institucional.

EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Em relação ao eixo 2, que trata do desenvolvimento institucional, abaixo se apresentam os avanços:

- O primeiro deles se deu em relação aos objetivos e metas do PDI, vez que o planejamento em relação ao incremento de novos cursos e, conseqüentemente da infraestrutura foram atingidos completamente;
- De igual modo, foi aberto processo de requerimento de credenciamento EAD para os cursos de Administração bacharelado e para os cursos tecnólogo em Processos Gerenciais e Marketing;
- O segundo avanço se deu em relação à coerência entre o PDI e as práticas de extensão de 2016, que foram desenvolvidas tanto para implementar os processos de ensino e aprendizagem do seu público interno como foram disponibilizadas práticas para o público externo, a exemplo da capacitação dos conselheiros tutelares de mais 50 municípios, e do projeto de capacitação para preenchimento do formulário de Imposto de Renda da Receita Federal, que se repetiu em 2016;
- O terceiro avanço se deu em relação às práticas ou políticas de incentivo à pesquisa, posto que, considerando-se a coerência em relação ao PDI, as atividades fomentadas pela instituição extrapolam incentivos, que era o que está previsto no referido documento;
- Em relação à coerência entre o PDI e as ações direcionadas à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural e ao patrimônio cultural, bem como à promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-raciais, as práticas de 2016 atendem aos compromissos estabelecidos no PDI;
- Sobre a visão e a missão institucionais, ambas foram atualizadas considerando a atual estrutura organizacional, suas metas e objetivos;
- Melhorias nas ações de extensão, quem em 2015 eram incipientes, mas agora já contam com portaria de institucionalização de procedimentos;

Em relação aos desafios, no tocante ao desenvolvimento institucional, a IES reconhece os seguintes:

- As ações institucionais de incentivo à produção artística e cultural, apesar de já melhor desenvolvidas, são ainda insuficientes e precisam passar por um processo de melhor planejamento para que se integrem de forma mais efetivas às práticas acadêmicas;

- De igual modo, ações de inclusão são ainda incipientes, mas, diferente de 2015, já há previsão para tais políticas nos objetivos do PDI, e já há ações dessa natureza sendo desenvolvidas na IES, embora não tenham sido normatizadas;

- Apesar das ações de internacionalização estarem consoantes o PDI, o desenvolvimento destas precisam ser repensados. Sobre o assunto, há um projeto de convênio com o Rotary em desenvolvimento.

Eis então uma síntese dos desafios e avanços da IES em relação ao desenvolvimento institucional. Sobre o referido eixo, e levando em consideração as análises postas a respeito, temos que a instituição apresenta mais coerências que incoerências em relação às suas práticas pedagógicas, de extensão e de incentivo a pesquisa.

Entretanto, em relação ao desenvolvimento institucional, alguns itens precisam de particular atenção, e as ações que serão tomadas para mudança desse quadro serão tratadas no capítulo específico para esse fim. Tratados dos avanços e desafios da IES em relação ao desenvolvimento institucional, passaremos a abordagem dos mesmos em relação às políticas acadêmicas.

EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS

Em relação aos avanços em termos de políticas acadêmicas da IES, em 2016, temos:

- Sobre políticas administrativas de ensino para a graduação, em 2016 os tutores EAD passaram por treinamentos com o objetivo de capacitá-los para a elaboração de material didático, e para uniformização de diretrizes didático-pedagógicas de procedimentos na webaula;
- Continuidade a cessão das instalações e equipamentos para desenvolvimento de pesquisas fomentadas por agências especializadas locais ou nacionais;
- Manutenção das atividades da fábrica de softwares, responsável pela criação dos softwares utilizados na instituição e pela melhoria do sistema acadêmico, agora para inclusão da pós-graduação e do corpo técnico administrativo no sistema de avaliação;

- Continuidade às atividades das duas revistas com indexação eletrônica, a “Revista Eletrônica da FANESE”, com ISSN 2317-3769 e a “Revista do Curso de Direito”, com ISSN 22363173;
- Continuidade na disseminação de informações, no domínio interno, com atendimentos presenciais, reuniões setoriais e visitas periódicas às salas de aula, todos feitos pela Comissão Própria de Avaliação;
- Continuidade na oferta dos nivelamentos de português e de matemática, bem como do atendimento do Núcleo de Apoio Psicossocial;
- Disponibilização de um dos auditórios todos os dias da semana para eventos;
- Continuidade com a política de auxílio financeiro aos docentes para participação de eventos na sua área de atuação, em 2016 com trabalho premiado nacionalmente.
- Criação de um setor interno exclusivamente para planejamento e execução de eventos internos;
- Instituição de uma Comissão Permanente para Avaliação e Aprovação das Propostas de Projetos Pedagógicos de cursos de pós-graduação *lato sensu*, com formalização de procedimentos e comissão através de portaria;
- Custeio de curso de extensão de função social para capacitação de conselheiros tutelares de mais 50 municípios do Estado de Sergipe;
- Institucionalização, através de portaria, de uma política de acompanhamento de alunos com matrícula suspensa ou em situação de abandono;
- Melhoria na interação com o egresso, com incorporação de ex-alunos ao quadro docente institucional e com inclusão destes nas campanhas de vestibular, o que permitiu um mapeamento parcial de inserção destes no mercado, além dos dados já levantados e ações com egressos já implementadas pelos coordenadores de cursos.

Sobre os desafios, os seguintes requerem atenção:

- As ações de incentivo a atividades artísticas e culturais são ainda incipientes, mas já houve avanço em relação a 2015, ocasião em que não havia nenhuma política;
- Programa de atendimento específico para o calouro e políticas de acompanhamento de egressos incipientes e em fase de implementação de portaria;
- Integração mais efetiva entre as ações de pesquisa e extensão, da graduação e da pós-graduação, com a comunidade externa;

Sobre as políticas acadêmicas, a IES apresenta avanços especialmente em relação a ações de incentivo a produção do corpo docente e discente, bem como à extensão e aos eventos. Entretanto, alguns desafios requerem uma atenção especial para o ano de 2016, tais como institucionalização de programas de suporte ao calouro e ao egresso. Tratados dos avanços e desafios da IES em relação às políticas acadêmicas, passaremos a abordagem dos mesmos em relação às políticas de gestão.

EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO

Em relação ao eixo 4, que trata das políticas de gestão, havemos de destacar em relação aos avanços:

- A IES dispõe de política de formação e capacitação docente e do corpo técnico administrativo, conforme demonstrado;
- O site da IES disponibiliza espaço reservado a produções didáticas tanto pedagógicas quanto institucionais e ampliou o apoio a participação de docentes e discentes em eventos fora do Estado, em 2016;
- Alteração nos membros dos Conselhos Superiores, CAS e CEPE;
- Aprovação de resolução que estabelece novas diretrizes para o funcionamento do Núcleo de Prática Jurídica;
- Realização de reuniões da CPA, para deliberações sobre processos de autoavaliação e medidas administrativas para aperfeiçoar esses processos, bem como para elaboração de um projeto de sustentabilidade financeira, em processo de execução, com mais integração entre os membros, incluindo uma maior participação dos alunos através da representação na CPA pelo DCE;
- Aperfeiçoamento no sistema para integração da pós-graduação nos processos autoavaliativos institucionais;
- Apesar do momento econômico crítico atual vivido pelo país, a instituição continua gerindo seus próprios custos e lucros sem necessidade de recurso a financiamentos bancários.

Sobre os desafios, os seguintes requerem atenção:

- Necessidade melhoria na gestão da aplicabilidade dos planos de carreira docente e do corpo técnico administrativo;

- Necessidade de implementação das instruções normativas que estabelecem procedimentos para a pós-graduação em virtude das alterações recentes no procedimento de cadastro do Ministério da Educação;
- Necessidade de planejamento e execução de treinamentos voltados especificamente para os gestores da instituição a fim de promover uma melhoria no funcionamento da instituição em relação ao seu funcionamento sistêmico e global, especificamente no quesito comunicação e integração.

Sobre as políticas de gestão é possível observar avanços significativos em 2016, especialmente com a resolução que estabelece novas diretrizes para o funcionamento do Núcleo de Prática Jurídica. Ademais, ressalte-se que uma evolução na infraestrutura do sistema de informática está em andamento para maior agilidade e integração acadêmico-administrativa.

Não obstante, alguns desafios requerem atenção especial também em relação às políticas de gestão, a exemplo da reavaliação dos planos de carreira e da implementação das instruções normativas que estabelecem procedimentos para a pós-graduação, para melhor integração desta as políticas institucionais da graduação, conforme diretrizes atuais do Ministério da Educação.

Tratados dos avanços e desafios da IES em relação às políticas de gestão, passaremos a abordagem dos mesmos em relação à infraestrutura física.

EIXO 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA

Em relação ao eixo 5, que trata da infraestrutura física, havemos de destacar que 2015 foi um ano de muitas mudanças estruturais na IES, o que acarretou, naturalmente, uma desaceleração em 2016, fruto de uma diminuição proporcional das demandas. As ações voltadas para infraestrutura em 2015 subsidiaram muitas ações em 2016 e implicaram numa diminuição de necessidades dessa natureza em 2016.

Todavia, alguns avanços puderam ser verificados e são eles:

- Manutenção das articulações da IES com a Secretaria de Segurança Pública para melhoria na segurança local;
- Conclusão da construção de novas salas de aula e de outro auditório no terceiro andar do bloco B, quem em 2015 estavam em fase de execução de obras;
- Manutenção na disponibilização de secretárias exclusivas para as salas dos professores;

- Maior utilização dos gabinetes de atendimento aos alunos, que agora são utilizados inclusive por professores em regime de trabalho parcial;
- Finalização da instalação de um novo elevador no bloco B, garantindo ainda mais condições de acessibilidade na instituição;
- Manutenção no contrato com a empresa que administra os equipamentos de laboratório, garantindo a atualização constante desses materiais, bem como a preservação dos mesmos;
- Suporte estrutural aos novos cursos (Engenharia e Arquitetura) com a compra de mesas de desenho e lousa virtual para o curso de arquitetura, bem como estruturação de laboratórios para o curso Engenharia Civil.
- Mudanças no âmbito da infraestrutura nas áreas de atendimento aos alunos da CPA, que agora dispõe de uma sala maior, bem como mudança na composição, com a inclusão do Diretório Central dos Estudantes no corpo da comissão.

Sobre os desafios, os seguintes requerem atenção:

- Não houve, ainda, instalação de catracas, em atendimento a reivindicações dos alunos nas avaliações institucionais, no entanto uma empresa de planejamento de instalação para orçamento e apresentação de plano já foi contratada;
- A instalação de placas com sinalização em braille nas portas das salas de aula está em fase de negociação e contratação;
- Construção de canteiro de obras para atender aos cursos de engenharia, em especial ao de engenharia civil.

Em relação à infraestrutura, entre os avanços apostados, merece destaque especial a Conclusão da construção de novas salas de aula e de outro auditório no terceiro andar do bloco B, quem em 2015 estavam em fase de execução de obras. Além do mencionado, merece destaque em relação à infraestrutura, a Manutenção das articulações da IES com a Secretaria de Segurança Pública para melhoria na segurança local.

O eixo de infraestrutura física conta também com desafios que merecem atenção nos anos que seguirem, e a IES está ciente desses e vem buscando formas viáveis de suplantá-los.

Eis, então, os avanços e desafios encontrados pela Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe em relação à infraestrutura física. Em seguida serão abordadas as ações com base na análise.

V – AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE

Considerando os dados postos em análise no item anterior, a IES prevê algumas ações a serem implementadas a partir de 2017 visando suprimir, ou atenuar, pontos de fragilidade ou desafios encontrados pela mesma ao longo de 2016.

Sobre planejamento e avaliação institucional relatórios semestrais tem sido entregues a administração da IES para planejamento de ações para o semestre seguinte, desde o ano de 2016, e a CPA seguirá com a referida apresentação. De igual modo, a Comissão Própria de Avaliação continuará com o trabalho de reuniões setoriais, com o objetivo de dar retorno aos setores sobre as avaliações as quais os mesmos se submetem, bem como com a finalidade de coletar desses avaliados informações relevantes ao processo avaliativo de diagnóstico, para melhor planejamento de ações, visto que foi uma ação implementada a partir de 2015 que deu resultado. O objetivo da referida ação é trabalhar para garantir que um número maior de decisões relacionadas a melhorias institucionais em pontos que passam pelo processo de avaliação institucional e docente serão tomadas a partir dos relatórios de autoavaliação, além do espaço já conquistado pela comissão.

De igual modo, a Comissão Própria de Avaliação planejará formas de integração com o setor de recursos humanos da IES para implementação de ações direcionadas ao corpo técnico-administrativo da IES como forma de gestão do controle de qualidade dos serviços administrativos prestados, assim como ações de integração da pós-graduação nos processos de avaliação institucional, que já se encontram em fase de planejamento.

Em relação ao desenvolvimento institucional, sobre os compromissos firmados no relatório referente ao ano de 2015, destaque-se que as metas foram plenamente cumpridas na medida em que a visão e a missão da IES passaram por mudanças, a fim de atender as novas demandas filosófico institucionais, a partir do novo PDI, e atividades de incentivo à produção artística e cultural contaram com ações de integração às práticas institucionais, embora ainda incipientes.

O segundo compromisso firmado em relação a melhorias nas ações de desenvolvimento institucional foi a ampliação das bolsas de estudo integrais, bem como a inserção do compromisso de promoção de inclusão social no novo PDI. Sobre os referidos compromissos, cabe destacar que no ano de 2015 a instituição dispunha de uma bolsa integral, e em 2016 esse número foi ampliado para duas bolsas integrais e uma parcial, de 50%. Essas ações estão institucionalizadas através de contrato.

Por fim, em relação ao eixo 2, a busca por parcerias para efetivação das ações de internacionalização serão uma das prioridades da IES, que no atual momento se encontra em fase de viabilização de um convênio com o Rotary para implementação das referidas iniciativas.

Sobre as Políticas Acadêmicas, uma das ações programadas pela FANESE quando do envio do relatório de 2015 foi a institucionalização, através de portaria, de ações de acolhimento ao calouro e de acompanhamento de egressos, visando, tanto promover uma inclusão de fato, evitando a evasão desses discentes, como objetivando iniciar esses alunos na vida acadêmica, promovendo uma transição escola-faculdade através de ações institucionalizadas. Essa ação foi efetivada através da edição e publicação da Portaria nº 12 de 18 de abril de 2016.

Para 2017 o compromisso referente ao eixo 3 será o de ampliar as ações direcionadas a calouros e egressos, assim como as práticas relativas a produção artística e cultural dos seus discentes. Apesar de já iniciadas, essas ações precisam ser ampliadas. Some-se aos referidos, o planejamento de integração mais efetiva entre as ações de pesquisa e extensão, da graduação e da pós-graduação, com a comunidade externa, através de projetos acadêmico-institucionais.

Em relação às políticas de gestão, e aos compromissos firmados no relatório parcial de 2015, a instituição cumpriu com todos eles a começar pela edição das portarias 29 e 30 que tratam das Propostas de Projeto Pedagógicos da pós-graduação, somada à realização de inúmeras reuniões para uniformização do processo de organização e desenvolvimento da pós-graduação da IES e, para tanto, ações de planejamento e execução de novas diretrizes têm sido desenvolvidas desde então.

Para 2017, o compromisso institucional no quesito políticas de gestão residirá no campo da melhoria na gestão da aplicabilidade dos planos de carreira docente e do corpo técnico administrativo, implementação das instruções normativas que estabelecem os novos procedimentos para a pós-graduação, e planejamento e execução de treinamentos voltados especificamente para os gestores da instituição a fim de promover uma melhoria no funcionamento da instituição em relação ao seu funcionamento sistêmico e global, especificamente no quesito comunicação e integração.

Por fim, em relação à infraestrutura, às ações já iniciadas em 2015 foram concluídas, a exemplo das novas salas de aula, aparelhamento dos novos laboratórios e conclusão das obras do novo auditório. Para 2017 a viabilidade do plano de instalação de catracas pela empresa contratada será estudado, a fim de ser executado assim que possível, e serão feitas as contratações para implementação da instalação de placas com sinalização em braile, nas portas das salas de aula, e para construção do canteiro de obras que irá atender às necessidades específicas dos cursos de engenharia.